

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emílio de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: |44| 3264-2777 / 3264-8600

PROJETO DE LEI Nº xx/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o programa para recuperação fiscal REFIS, parcelamento de contas de água, vencidas, inscritas em dívida ativa, ajuizadas ou protestadas no âmbito do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental/SMSA.

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, **Carlos Alberto de Paula Júnior**, Prefeito Municipal, Sanciono a seguinte Lei, de autoria do Poder Executivo Municipal:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS – com a finalidade de aumentar a arrecadação, bem como possibilitar a regularização de contribuintes em débito tarifário ou tributário oriundos das Taxas ou Tarifas de Água e Coleta de Esgoto, Taxas e Emolumentos devidos à autarquia constituídos até a data do requerimento para a adesão do Programa, independente de serem objetos de execução fiscal ou terem suas exigibilidades suspensas .

Art. 2º A adesão ao REFIS, ocorrerá por opção expressa de qualquer contribuinte seja pessoa física ou jurídica, que fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos referidos no artigo anterior.

§ 1º. Os contribuintes que se encontram enquadrados em qualquer outro programa de parcelamento de débitos, poderão aderir ao programa de Recuperação Fiscal nos termos da presente Lei.

§ 2º. O ingresso no REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos referidos no art. 1º, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no programa mediante confissão.

§ 3º. A opção pelo REFIS poderá ser formalizada até o dia 30 de Abril de 2025, mediante utilização do "Termo de Opção do REFIS", conforme modelo a ser fornecido pela Autarquia.

Art. 3º. A opção pelo REFIS pressupõe:

I - Confissão e aceitação, em caráter irrevogável e



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: |44| 3264-2777 / 3264-8600

irretratável, da dívida e condições estabelecidas nesta Lei, por parte do sujeito passivo;

II - Renúncia dos atos de defesa ou de recurso administrativo ou judicial, bem como, desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos no pedido por opção do contribuinte.

III - O sujeito passivo que possuir ação anulatória de débitos fiscais, embargos à execução fiscal ou exceção de pré-executividade, deverá, como condição para valer-se das prerrogativas da remissão de multas e juros, renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação e protocolar requerimento solicitando renúncia à pretensão formulada na ação, nos termos do art. 487, III, "a" da Lei Federal nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil.

§ 1º A comprovação da renúncia de que tratam os incisos II e III do parágrafo antecedente deverá ser comprovada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a formalização e assinatura do termo de que trata o caput deste artigo, sob pena de sua revogação.

Art. 4º. O REFIS beneficiará o contribuinte através da dispensa parcial ou total dos encargos: juros, multa acrescidos aos débitos tributários, conforme a forma e condição de pagamento a seguir:

I – Quitação à vista, em parcela única, a partir da publicação desta Lei até o dia 30 de Junho de 2025 (30/06/2025), o qual o contribuinte será beneficiado com desconto de **100% (cem por cento) dos encargos: juros, multa.**

II – Quitação à vista, em parcela única, após 01/07/2025 até 30/09/2025 ocasião em que, os contribuintes gozarão de percentual de **80 % (oitenta por cento) dos encargos: juros, multa.**

III - Quitação parcelada em até 10 (dez) parcelas iguais, para aqueles que percebem mensalmente valor igual ou inferior a três salários mínimos nacional cadastrados no CADUNICO atualizado, sendo o prazo de adesão até o dia 31 de Julho de 2025 (31/07/2025), correspondente a uma entrada de 5% na data da anuência e parcelas restantes do saldo remanescente pactuados, ocasião em que os contribuintes gozarão de percentual de **100% (cem por cento) de desconto dos encargos: multas e juros.**




PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emilliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: |44| 3264-2777 / 3264-8600

IV- Quitação parcelada em até 10 (dez) parcelas iguais sendo o prazo de adesão até a data de 31 de Agosto de 2025 (31/08/2025), correspondente a uma entrada de 10% na data da anuência e parcelas restantes do saldo remanescente pactuados, ocasião em que, os contribuintes gozarão de percentual de **50% (Cinquenta por cento) dos encargos: multa, juros.**

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL 2023		
PAGAMENTO A VISTA (100%)	I -	ATÉ 30/06/2025
PAGAMENTO A VISTA (80%)	II -	01/07/2025 A 30/09/2025
PAGAMENTO EM ATÉ 10X PARCELAS (100%) - SOCIAL	III -	ANUENCIA ATÉ 31/07/2025
PAGAMENTO EM ATÉ 10X PARCELAS (50%)	IV -	ANUENCIA ATÉ 31/08/2025

§1º Os Contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou judicialmente, poderão realizar a quitação do valor remanescente, com o desconto de 100% (cem por cento), 80% (oitenta por cento) dos encargos: juros, multa sobre o montante restante ocasião que serão abatidos juros e multas lançados de acordo com o parcelamento anteriormente aderido, sem haver, contudo, abatimento composto.

§2º As dispensas dos encargos no patamar acima alinhavado não abrangem as despesas de cartório e demais custas nos casos de débitos fiscais ou não, protestados ou em execução judicial, cuja obrigação de pagamento será do Contribuinte em situação de inadimplência.

§ 3º Em nenhuma hipótese haverá isenção ou desconto da correção monetária devida pelo contribuinte.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emilliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: [44] 3264-2777 / 3264-8600

§ 4º O contribuinte que tenha seus débitos em cobrança judicial deverá apresentar comprovação do pagamento das custas judiciais pendentes e reembolsar as já adiantadas pelo Município.

§ 5º Da mesma forma deverá providenciar o pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência em parcela única, no momento da formalização do termo.

§ 6º Ficará dispensado do pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios o contribuinte que comprovar estar litigando sob o benefício da assistência judiciária gratuita (AJG).

Art. 5º A opção pelo REFIS implica ao contribuinte assumir as seguintes obrigações:

I – Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos fiscais ou não, abrangidos pelo programa;

II – Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III – Cumprimento regular do débito consolidado;

Art. 6º Os prazos descritos no § 3º do Art. 1º. poderão ser objeto de prorrogação por uma única vez, por meio de Ato do Poder Executivo, caso demonstrado a sua vantajosidade, desde que não seja superada a data de adesão, assegurando direito de terceiros.

Art. 7º A falta de pagamento de 2 (duas) parcelas devidamente comprovadas pelo departamento municipal de finanças acarretará na rescisão do parcelamento, com a consequente perda do benefício concedido, dando-se início ou prosseguimento dependendo do caso, à cobrança executiva judicial.

§ 1º Em se tratando de débito ainda não inscrito será efetivado o procedimento necessário para inscrição do saldo devedor em dívida ativa para todos os efeitos legais.

§ 2º Como a rescisão do contrato de parcelamento dar-se a substituição da certidão de dívida ativa.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emilliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: |44| 3264-2777 / 3264-8600

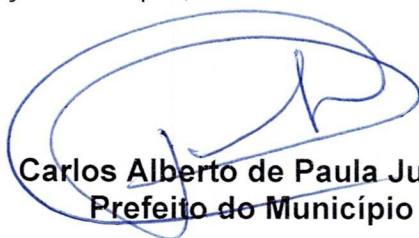
Art. 8º Os benefícios concedidos por esta lei não conferem qualquer direito à restituição ou compensação de importância já paga ou compensada.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 10 A presente lei poderá ser regulamentada por decreto, no que couber.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 17 de fevereiro de 2025



Carlos Alberto de Paula Junior
Prefeito do Município



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: |44| 3264-2777 / 3264-8600

JUSTIFICATIVA**I – MÉRITO**

Encaminhamos à apreciação e deliberação dessa Edilidade, o incluso Projeto de Lei, que "Dispõe sobre o programa para recuperação fiscal REFIS, parcelamento de contas de água, vencidas, inscritas em dívida ativa, ajuizadas ou protestadas no âmbito do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental/SMSA."

II – LEGALIDADE

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Inicialmente, cumpre informar que a situação financeira da Autarquia de Águas de Sarandi, atualmente não é favorável, conforme observado pela ausência de superávit financeiro. Contudo, a gestão municipal tem se empenhado em buscar alternativas para garantir a qualidade dos serviços prestados, o que inclui a recuperação de créditos para execução dos investimentos necessários para melhorias na infraestrutura e na prestação dos serviços públicos. Esse esforço tem como prioridade a adequação das tarifas, a garantia de eficiência no uso dos recursos públicos e o bem estar da população local.

A fim de garantir a qualidade dos serviços públicos prestados pela Autarquia Águas de Sarandi torna-se fundamental o aumento de recursos financeiros. Esses recursos possibilitam não apenas a manutenção dos serviços já prestados, mas também a implementação de novas tecnologias e estudos para o aprimoramento das estratégias de ação. Diante disso, o reforço financeiro também viabilizará a recuperação dos investimentos e o aprimoramento da infraestrutura, temas centrais das ações propostas pela nova gestão municipal.

A nova gestão está comprometida com a implementação de medidas que, além de atenderem as finalidades desta autarquia, previstas em lei, promovam mudanças estruturais e educacionais no consumo e garantem a qualidade dos produtos e serviços fornecidos por entender a seriedade do serviço prestado na saúde pública dos consumidores atendidos.

Portanto, a aprovação do presente Projeto de Lei e a criação, no âmbito da Autarquia Águas de Sarandi, do programa de recuperação fiscal (REFIS) é primordial para que haja efetivo aumento de arrecadação, e, assim, possam ser implementadas as medidas necessárias ao aprimoramento da gestão e fornecimento de recursos.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emilliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: |44| 3264-2777 / 3264-8600

Certo de que o presente projeto merecerá a atenção de Vossa Excelência, aguarda-se o seu envio à Câmara Municipal de Sarandi para ulterior deliberação e aprovação com o objetivo de atender à sua finalidade.

Paço Municipal, 17 de fevereiro de 2025



Carlos Alberto de Paula Junior
Prefeito do Município

